

## CONTRATO Nº 13.001/2025

Contrato celebrado entre a **Fundação Municipal de Artes de Montenegro - FUNDARTE**, pessoa jurídica, sediada na rua Capitão Porfírio, nº 2.141 - Centro, em Montenegro/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 90.896.275/0001-48, neste ato representada por seu Diretor Executivo, Sr. Rodrigo Endres Kochenborger, doravante denominada **CONTRATANTE**, a empresa **SULRÁDIO PROCESSAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES CADASTRAIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na Rua João Abbott, nº 503/302, Bairro Petrópolis, em Porto Alegre/RS, CEP: 90.460-150, inscrito no CNPJ sob o nº 07.308.296/0001-51, neste ato representada por sua diretora, Sra. Ana Judite Tasca, portadora do RG 5002024891 e do CPF 335.588.680-72, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram entre si o presente Contrato que será regido pelas cláusulas e condições que seguem.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1. O presente instrumento é fundamentado no procedimento realizado pela **CONTRATANTE**, para contratação direta, por meio de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, através do **Processo nº 06621/2024** e na proposta da **CONTRATADA**, e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de gerenciamento de dados junto ao Ministério das Telecomunicações, conforme segue:

Item	Descrição do Serviço
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço com o sistema eletrônico de armazenamento de dados – SEAD.  Os serviços incluídos no SEAD estão especificados no descritivo anexo, que passa a integrar o presente contrato.

2.1. A **CONTRATADA** se compromete expressamente, a realizar para a **CONTRATANTE**, a prestação dos serviços objeto do presente contrato.

2.2. Nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), os Dados coletados são utilizados pela **CONTRATADA** (controladora), com as finalidades descritas no art. 7º, II da referida lei, isto é, para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pela controladora perante o MCOM e a ANATEL, nos limites do contrato.

2.3. O descumprimento de qualquer cláusula ora ajustada, por parte da **CONTRATADA**, ensejará na rescisão de pleno direito do presente contrato, garantida a prévia defesa, podendo sofrer as penalidades previstas na Lei nº 14.133/21.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DO FORNECIMENTO**

3. O serviço será prestado através de atendimento pessoal aos interessados no escritório da **CONTRATADA**, bem como através de contatos via sistema eletrônico ou de telefonia, não incluindo visitas às instalações da empresa. A consulta aos dados armazenados eletronicamente e atualizado pela **CONTRATADA**, será disponibilizado mediante senha de uso exclusivo da **CONTRATANTE**, garantida a privacidade das informações.

3.1. Aplicam-se ao presente contrato os seguintes prazos:

I - A **CONTRATADA** deverá realizar a prestação do serviço no prazo pactuado e nos termos pactuados.

II - O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, tendo como prazo inicial dia **15/01/2025**.

**Parágrafo único.** O presente contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante demonstração de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a **CONTRATANTE**, sendo permitidas eventuais negociações entre as partes.

### **CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO**

4. O preço total anual a ser pago pela prestação do serviço, objeto do presente contrato, é de **R\$ 4.554,00 (Quatro mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais)**, correspondente ao valor mensal de **R\$ 379,50 (Trezentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos)**, compreendido como justos e suficientes para a prestação do serviço pela **CONTRATADA**.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5. O pagamento será efetuado à vista, mediante a prestação do serviço, objeto da presente contratação, após aprovação da fiscalização da **CONTRATANTE**, com a apresentação da respectiva nota fiscal, fatura ou duplicata, por depósito bancário em conta corrente indicada pela **CONTRATADA**, preferencialmente na nota fiscal. O documento fiscal deverá ser emitido pela empresa **CONTRATADA**.

**Parágrafo único.** O pagamento correrá em até **10 (dez) dias** a contar da apresentação da nota fiscal. Se o término desse prazo coincidir com dia não útil, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediatamente posterior.

## **CLÁUSULA SEXTA – DO RECURSO FINANCEIRO**

6. As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:  
3.3.90.40.21.00.00.00 – Serviços Técnicos Profissionais de T.I.C.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

7. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a **CONTRATANTE** compensará a **CONTRATADA** com juros de 0,5% ao mês calculados *pró-rata dia*, até o efetivo pagamento.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

8. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação e respeitando a repartição objetiva de risco estabelecida.

**Parágrafo único.** Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, a **CONTRATANTE** responderá ao pedido dentro do prazo máximo de **15 (quinze) dias** contados da data do fornecimento da documentação que o instruiu.

## **CLÁUSULA NONA – DA MATRIZ DE RISCO**

9. Os ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação serão alocados da seguinte forma:

I – Havendo atrasos na prestação do serviço ou mesmo a sua não realização, os riscos deverão ser assumidos pela **CONTRATADA**;

II – A inviabilidade da prestação do serviço devido a qualquer fator que a **CONTRATANTE** tenha dado causa, o risco será assumido por ela;

III – Situações adversas, das quais nem a **CONTRATANTE** e nem a **CONTRATADA** derem causa deverão ser analisadas caso a caso, e o risco deverá ser suportado por ambas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10. São obrigações da **CONTRATANTE**:

I - Efetuar o devido pagamento à **CONTRATADA**, nos termos do presente instrumento;

II - Dar à **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do contrato;

III - Determinar as providências necessárias quando a prestação do serviço não observar a forma estipulada no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

IV - Designar servidor pertencente ao quadro da **CONTRATANTE**, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;

V - Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

VI - Em caso de inadimplência por parte da **CONTRATANTE** pelo período superior a 02 (duas) mensalidades desobriga a **CONTRATADA** em relação a qualquer controle de processos, publicações do DOU, cumprimento de prazos e atendimento a exigências processuais. A partir da 3º (terceiro) mês de inadimplência será considerada desistência por parte da **CONTRATANTE** a esta adesão, ficando o mesmo obrigado à quitação das mensalidades vencidas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### **11. São obrigações da CONTRATADA:**

I – Prestar o serviço de acordo com as especificações, quantidade e prazos pactuados no presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;

II - Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

III - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

IV – Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

V - Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho;

VI - Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à **CONTRATANTE** e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

VII - Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

VIII - Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista no presente contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Sra. Clarissa Moreira Nascimento, ou por seu respectivo substituto.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

13. A **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes penalidades, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO**

14. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**.

A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

15. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

16. As partes elegem o foro da Comarca de Montenegro para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Montenegro, 15 de janeiro de 2025.

.....  
CONTRATANTE

.....  
CONTRATADA

Testemunhas:

.....  
.....